

**X LEGISLATURA  
ACTA Nº 95/X/4ª SL**

Aos seis dias do mês de Janeiro de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR) na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**
- 2. Apreciação e votação do parecer ao Projecto de Lei 599/X/4 - Criação do Conselho Nacional do Turismo (PSD).** Relatora: Dep. Hortense Martins (PS)
- 3. Distribuição, para emissão de parecer, do Projecto de Lei 621/X/4 - Regime do arrendamento do património do Estado para a habitação Social (BE).** Relator(a): a designar pelo GP do PS
- 4. Outros Assuntos:**
  - Expediente
  - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, relativo à **Audição do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, deu as boas vindas ao Sr. Ministro e aos Secretários de Estado presentes, enquadrando a audição na sequência da aprovação de Requerimentos do CDS-PP. De seguida, deu conta do modo de condução dos trabalhos, e passou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Helder Amaral para apresentação dos Requerimentos.

O Sr. Deputado Helder Amaral apresentou os Requerimentos, questionando o Sr. Ministro sobre a doença do nemátodo da madeira do pinheiro, a implementação do Programa PROLUNP, a actuação do Governo e o ponto de situação e os erros existentes. O Sr. Deputado Abel Baptista questionou o Sr. Ministro sobre a exoneração de diversos dirigentes do Ministério e a colocação de funcionários no quadro de excedentes num contexto de externalização de tarefas. Questionou, ainda, o Sr. Ministro sobre a execução do PIDDAC do Ministério, em 2007 e 2008, bem como a aplicação dos financiamentos comunitários. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Em seguida, interveio o Sr. Deputado Horácio Antunes, que se congratulou pelo acompanhamento efectuado ao nemátodo da madeira do pinheiro, nomeadamente após a detecção de novos focos da doença, através de medidas no terreno, protocolos com associações e medidas de carácter legislativo. Interveio, ainda, o Sr. Deputado Miguel Ginestal, que questionou o Sr. Ministro sobre o número de operadores em condições de ver a sua madeira certificada com vista à exportação. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas para responder às questões colocadas.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Carlos Poço, concordando com a gravidade do problema e a necessidade de uma acção forte e de um consenso parlamentar, considerando que, para tal, é necessário haver a concordância com a política em execução. Questionou o Sr. Ministro

sobre o custo das medidas implementadas até ao momento para contenção da expansão do nemátodo da madeira do pinheiro, que outras medidas estão em curso, qual o *timing* de actuação, no terreno, do plano de controlo de doença, a assinatura do protocolo com as associações, o modo de indemnização dos proprietários, a actuação dos agentes de fiscalização, a redução do preço da madeira, as consequências das medidas em curso para a economia nacional e, ainda, a posição do Governo sobre o surgimento da doença no Sul de Espanha. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Ministro sobre a passagem à situação de mobilidade de 197 funcionários dos serviços florestais, a inexistência de diálogo com os trabalhadores e a ausência de defesa dos interesses do Estado e da agricultura portuguesa. Colocou, ainda, questões sobre as matas nacionais, os viveiros, as raças autóctones e a formação de sapadores bombeiros. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Alda Macedo, questionando o Sr. Ministro sobre a competência da Autoridade Florestal Nacional sobre defesa e gestão da floresta nacional, bem como de resolução da doença do nemátodo da madeira do pinheiro. Colocou perguntas sobre o ganho médio dos trabalhadores agrícolas e a redução do seu nível de vida, a desertificação do mundo rural e as situações de transferência para a mobilidade de trabalhadores do Ministério. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

De seguida, o Sr. Presidente abriu uma segunda ronda de questões.

O Sr. Deputado Abel Baptista considerou que o Sr. Ministro não respondera a nenhuma das questões colocadas, acrescentando, ainda, interrogações sobre as ajudas agro-ambientais e os apoios desligados da produção. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Jorge Almeida realçou as medidas em curso no âmbito do PROLUNP e os montantes envolvidos já apresentados. Questionou o Sr. Ministro sobre a identificação de focos da doença do nemátodo da madeira do pinheiro em madeira importada, e qual a sistematização a fazer na investigação sobre esta matéria. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Carloto Marques colocou questões sobre a ausência de reuniões do conselho consultivo que acompanha a doença, a inexistência de apoio florestas permanente para a investigação, o valor energético da madeira e, ainda, a transferência para a mobilidade de diversos funcionários do Ministério. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Ministro sobre as situações de mobilidade, os viveiros, a ausência de investimentos em Vila do Conde, a inexistência de recursos humanos adequados para o controlo da doença do nemátodo da madeira do pinheiro e, ainda, a não defesa dos interesses do Estado nesta matéria. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo questionou sobre o número de trabalhadores do Ministério que, efectivamente, tiveram um plano de reconversão profissional no âmbito da sua passagem ao quadro de mobilidade, as perspectivas para o parque florestal de Amarante e os respectivos viveiros, qual o modelo de avaliação do PRODER para avaliar a qualidade do investimento e, ainda, as ajudas às pequenas explorações. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma terceira ronda de questões.

O Sr. Deputado Helder Amaral deu conta da preocupação do CDS-PP sobre a dificuldade do MADRP em efectuar os pagamentos aos agricultores, os riscos de embargo à madeira do pinheiro bravo portuguesa e a incapacidade de o Governo combater eficazmente a doença. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Miguel Ginestal considerou não existirem propostas razoáveis e exequíveis alternativas de acção, deu conta de não se poderem questionar decisões dos tribunais, no âmbito da questão do quadro de mobilidade, considerou esclarecida a questão do pagamento das ajudas e, quanto ao nemátodo da madeira do pinheiro, felicitou o Governo pela definição de uma acção concreta. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Carlos Poço considerou não terem sido respondidas as questões colocadas e questionou o Sr. Ministro sobre as exonerações no Ministério, a ausência de acção concreta de combate ao nemátodo da madeira do pinheiro em 2007 e 2008, a desvalorização da gravidade do problema no contexto do alerta dado por investigadores e o quadro de mobilidade do Ministério. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes registou a cumplicidade do Grupo Parlamentar do PS com a política agrícola do Governo. Entregou à Mesa, solicitando a distribuição por todos os Grupos Parlamentares, de um exemplar de um *Diário da República*, sobre a passagem à mobilidade. Reforçou a ausência de resposta do Sr. Ministro às questões sobre esta matéria, considerando existir gestão danosa dos interesses do Estado. Questionou, ainda, sobre atrasos na implementação do PRODER, a certificação do IFAP, as raças autóctones e os pedidos de reclassificação de carreiras feito por trabalhadores do Ministério. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

A Sra. Deputada Alda Macedo, no contexto do documento distribuído pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, deu conta do esvaziamento do Ministério de recursos humanos e a desactualização das categorias profissionais dos trabalhadores, dadas as funções desempenhadas. Considerou, finalmente, não existir um apoio à floresta pública nacional. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à Mesa para solicitar junto do Sr. Ministro que na audição seguinte sejam fornecidas mais informações.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da CAEIDR agradeceu a presença e intervenções dos Deputados e do Sr. Ministro e a sua equipa, e deu por terminada a audição.

De seguida, no ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do parecer ao Projecto de Lei 599/X/4 - Criação do Conselho Nacional do Turismo (PSD)**, a Sra. Deputada Hortense Martins apresentou o parecer, nas suas partes I, II e III, detalhando as conclusões dele constantes e realçando a qualidade da nota técnica sobre a iniciativa legislativa. O Sr. Deputado Mendes Bota esclareceu a dúvida do legislador sobre a designação do órgão e deu conta de algumas informações sobre as dúvidas levantadas pela relatora. Não havendo mais intervenções, as partes I e III do parecer foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo à **Distribuição, para emissão de parecer, do Projecto de Lei 621/X/4 - Regime do arrendamento do património do Estado para a habitação Social (BE)**, a Sra. Deputada Alda Macedo dispensou a apresentação da referida iniciativa legislativa. O Sr. Presidente solicitou ao Grupo Parlamentar do PS a designação de um(a) Deputado(a) relator(a).

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente solicitou a indicação de diversos Deputados para deslocações parlamentares a reuniões internacionais, nomeadamente para o I Encontro Parlamentar Luso-Espanhol, em Zamora. O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à Mesa, recordando ter ficado suspensa a votação de um Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP. O Sr. Presidente deu conta do seu agendamento para a reunião seguinte da CAEIDR.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente deu por terminada a reunião pelas 18h20, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 6 de Janeiro de 2009.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Rui Vieira)**

Nota: Acta aprovada na reunião de 10 de Fevereiro de 2009.

## Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Abel Baptista
- Alda Macedo
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- José Soeiro
- Luís Carloto Marques
- Manuel José Rodrigues
- Nuno Antão
- Nuno da Câmara Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Duarte Lima
- Luís Fazenda

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Rosário Águas